

Entrevista com Wilma Peres Costa*

Luiz Fernando Saraiva e Nelson Mendes Cantarino

Wilma Peres Costa é professora titular de História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora livre docente em História do Brasil Império da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) com mestrado em Sociologia pela Unicamp e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). É especialista no Brasil do século XIX com ênfase em fiscalidade, construção do Estado Nacional, guerras, forças armadas e escravidão. Sócia fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), entre as suas publicações destacam-se *A Espada de Dâmoles, O Exército, A Guerra do Paraguai e A Crise do Império* (1996), *Cidadãos e Contribuintes- Estudos de História Fiscal* (2020).

A entrevista com a professora Wilma Peres Costa ocorreu virtualmente, na tarde do dia 27 de outubro de 2021, com a participação dos organizadores do Dossiê, professores Luiz Fernando Saraiva e Nelson Mendes Cantarino, e as(os) professoras(os) Cláudia Chaves, Pérola Goldfeder Castro, Rita Almioco e Têlio Anísio Cravo. , Abaixo um extrato da entrevista com as principais questões discutidas.

História Econômica & História das Empresas (HE&HE): Como se deu o seu percurso de formação em Ciências Sociais? E como surgiu seu interesse em pesquisar temas de História Econômica e Social?

Wilma Peres Costa (WPC): Hoje o fato de eu ter transitado de forma tão intensa por diversos campos das ciências humanas pode parecer estranho, uma

* DOI: 10.29182/hehe.v25i1.878



vez que a especialização e a profissionalização das nossas carreiras – sobretudo os concursos – levou à que trajetórias como a minha se tornassem raras, quase impossíveis. Mas nos anos 1970 este trajeto não era tão estranho. Isso tem um pouco que ver com a história do curso de Ciências Sociais no país e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), um curso então pensado como um panorama de diferentes disciplinas, de diferentes Ciências Sociais. Entre elas a História, a Economia, a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia. Nós podíamos escolher focos dentro do curso. Parecia que era natural dizer: “tudo bem, gostei muito de história vou na pós-graduação me tornar historiador...”. Além desta variedade curricular, ainda tínhamos uma base forte em pesquisa quantitativa. Eram oferecidos vários cursos de matemática e estatística, pois naquela época era possível pleitear qualquer licenciatura desde que o graduando cursasse quatro semestres destas matérias. A ideia era capacitar os alunos a lecionarem diversas disciplinas.

Na minha experiência particular, eu tive professores de História e de Economia que me apaixonaram. Nosso curso tinha um peso muito grande de economia. Por exemplo, fui aluna de dona Marisa Henriques Miranda e de Antônio Marques Fernandes da Costa. Outra experiência fundamental em minha formação foi trabalhar diretamente com vários professores. Eu venho de uma família extremamente modesta, não tinha qualquer condição de fazer faculdade sem trabalhar. As bolsas de Iniciação Científica eram raras, então alguns professores me contrataram como uma espécie de secretária faz tudo. Na época vários estavam se doutorando ou eram recém-titulados. Eu preparava tabelas, transcrevia textos para as teses e os auxiliava em suas disciplinas na graduação. Eram professores de Economia e História como o José Ênio Casalecchi e a Maria Beatriz Nizza da Silva e alguns filósofos como o José Aluísio Reis de Andrade. Foi uma experiência peculiar e feliz. Era como se eu tivesse dois cursos: aquele que se desenvolvia na sala de aula e aquele que me foi dado participar pelo processo de formação superior dos meus professores. Eu lia as teses deles enquanto estavam sendo feitas. Tudo isso me levou a uma experiência de graduação muito rica.

E a Economia se tornou uma paixão. Na mesma época de minha graduação estava acontecendo o curso da CEPAL¹. O curso era itinerante, como uma

¹ Os cursos intensivos oferecidos pelo centro CEPAL/BNDE eram endereçados aos profissionais de formação variada, vinculados às instituições de ensino e de pesquisa e a órgãos estatais associados a políticas de desenvolvimento. O curso tinha disciplinas de formação geral (Matemática, Estatística, Introdução à Economia, Desenvolvimento Econômico) e matérias direcionadas ao desenvolvimento econômico como Contabilidade Social, Técnicas de programação, preparação e avaliação de projetos.

espécie de pós-graduação “não oficial”, mas que valia e contava como peso nos concursos. Muitos professores de economia fizeram o curso, que tinha nomes como o João Manuel Cardoso de Mello e o Luiz Gonzaga Belluzzo. Em Araraquara também tínhamos uma famosa Semana de Ciências Sociais onde recebíamos vários professores recém-chegados da França como o Décio Saes, André Villa Lobos, Paulo Sérgio Pinheiro. Era uma época de oportunidades, em que várias possibilidades de trajetórias acadêmicas estavam abertas.

Na mesma época eu pleiteei uma bolsa para a Universidade Autônoma do México e uma vaga de mestrado na Sociologia da UNICAMP. Eu passei nos dois, mas a UNICAMP estava tão na moda... E o mestrado naquela época era muito integrado. Eu entrei em Sociologia e fiz todas as disciplinas possíveis. Na época as questões que me empolgavam, e aos meus colegas, eram relacionadas à História Econômica, as discussões da transição, da teoria do desenvolvimento. A leitura comum era *O Capital*. Fazíamos essa leitura juntos, com Belluzzo e com os colegas da Economia.

Outros professores foram chegando com o estabelecimento do IE.² Lembro do Fernando Antônio Novais e, em seguida, do Luiz Felipe de Alencastro. Eu e a Lígia Maria Osório Silva éramos parceiras na Sociologia e fizemos a transição para a Economia, pois estudávamos temas do século XIX.

Estes temas pareciam cada vez mais estranhos ao IFCH. Lá era muito mais nítido que a profissionalização estava se dando num sentido disciplinar, inclusive bem convencional. Por exemplo, se você estuda um fato do passado, você é um historiador. Na sociologia eu cada vez tinha menos interlocução porque os colegas falavam: “por que que você não vai para a história? Você faz história”. Eu falava “o Max Weber também fazia isso, também se perguntava sobre os temas econômicos”. Eu sempre brincava: “o Weber iria ser reprovado nesse curso de ciências sociais, porque vão dizer para ele ir para economia ou direito”.

O novo curso de Economia tinha um núcleo de Política e História Econômica, que não era um curso de História, mas um lugar de reflexão histórica,

² O departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp iniciou suas atividades em 1968, com cursos de Economia e Planejamento Econômico em nível de pós-graduação. O curso de graduação em Ciências Econômicas começou em 1970 e o mestrado e o doutorado em economia foram formalmente implementados ao longo daquela década (1974 e 1977, respectivamente). Em 1984, o departamento se transformou no Instituto de Economia (IE) e sua institucionalização seguiu seu caminho desde então.

pensada a partir de múltiplas origens. Ali tinham economistas como o Rui Guilherme Granziera e o Plínio de Arruda Sampaio Jr.; o próprio João Manuel é advogado, um economista de formação jurídica. Ali era possível reunir várias temáticas de pesquisa que foram incorporadas na graduação.

HE&HE: Neste processo de formação e de consolidação dos cursos, uma questão que eu faço, até pelo nosso dossiê sair pela ABPHE, é sobre a importância da criação da Associação. Qual seria a relevância disto para a consolidação da história econômica?

WPC: Essa é uma história muito interessante. Nós tínhamos essas figuras centrais que eram o Wilson Suzigan e o Tamás Szmrecsányi. Eles descobriram que a sociedade existia, mas estava desativada. Alguns colegas haviam se inserido na Sociedade Internacional de História Econômica³, mas não conseguiram dar curso a sua congênere brasileira. Aí o Tamás reuniu a turma e falou “gente não é nem tão difícil do ponto de vista formal e burocrático. A gente existe, vamos reunir e animar as pessoas”. Outra grande incentivadora foi a Eulália Maria Lahmeyer Lobo, fizemos famosas reuniões na casa dela, mas sem a menor sombra de dúvida foram o Tamás e o Suzigan, ambos excelentes gestores e organizadores, que levaram a ideia adiante e fizeram as coisas acontecerem.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi a casa onde o núcleo de religação da associação se estabeleceu. Depois fomos nos espalhando. Posteriormente, a Maria Verónica Secreto Ferreras e o Norberto Osvaldo Ferreras estimularam muito que nós fizéssemos ligações com as associações da América Latina, sobretudo com a Argentina. Depois ganhamos algum espaço no México. Mas eu não consigo imaginar a Associação e a sua história sem essa abertura nas Jornadas de História Econômica da Argentina. Lá eles estavam muito mais estruturados e tinham uma tradição de reuniões já feitas. Eles eram muitos estruturados em nível nacional. Esse contato foi muito renovador.

A criação da Associação nos deu um lugar, uma projeção nacional e uma perspectiva interdisciplinar, justamente por ter as portas abertas para economistas, sociólogos e historiadores. Fora de São Paulo, a UFF era o lugar onde encontrávamos nossas referências, não quero cometer injustiças com os nomes... a Sonia Regina de Mendonça, o Théo Lobarinhas Piñeiro, o Cezar

³ A The International Economic History Association (IEHA) foi fundada em 1960.

Teixeira Honorato, a Márcia Maria Menendes Motta eram nossos interlocutores permanentes. Nós ficamos animados porque encontramos uma tribo de iguais no Rio de Janeiro, que por sua vez tinha suas próprias conexões. Essa era a História Econômica, um lugar de encontros interdisciplinares.

HE&HE: Sua tese de doutorado “O Exército e a crise do Império” aborda a fragilidade do Estado Imperial brasileiro. Chama a atenção o fato de que no texto já há outros temas que aparecem em seus futuros trabalhos: a ordem escravista, o processo de construção do Estado e a comparação da realidade brasileira com a dinâmica de outras sociedades que são constituídas a partir da Crise do Antigo Sistema Colonial. Por que estudar o tema da constituição do Estado brasileiro no século XIX no momento em que a senhora propôs a pesquisa? Quais são as principais dimensões para pensarmos as continuidades e discontinuidades com o passado colonial? Seria a fiscalidade? A escravidão?

WPC: Pois é. Há sempre um questionário submerso. Se tem algo em que eu sempre volto e ressignifico é a “fecundidade da crise”. Influência do Fernando Novais, meu orientador de fato no doutorado. As crises são momentos chave. Os cientistas sociais de formação marxista seguem a ideia de estudar um evento, um processo ou um artefato (no caso o Estado) em sua crise, pois é momento fecundo, é ali que suas engrenagens, suas argamassas aparecem e se rompem.

Então essa questão da crise como periodização é a maior lição historiográfica que eu recebi e da qual eu não me afasto nunca. E tem uma segunda lição aprendida com o Novais: se algo explica a crise, também tem que explicar a sua gênese. Caso não seja possível perceber uma relação dialética entre a gênese e a crise no recorte de uma periodização, algo está errado. O que explica a gênese tem de alguma forma explicar a crise.

É nesta leitura que a guerra, a escravidão, o exército e a fiscalidade foram se concatenando dentro da análise. Meu vetor foi a obra coeva de Joaquim Nabuco (1849–1910), que afirmava: “a Guerra do Paraguai é a crise do Império. Tudo se deve à guerra.”. Com a perspicácia usual, ele escreveu como a coruja de Minerva, no início da República olhando para trás e vendo o tamanho do desastre. E ele vai listando uma agenda da crise do Império: a escravidão, a terrível influência platina, o declínio da monarquia.

Portanto, são dois aspectos que me impressionaram. Por um lado, o aspecto teórico de que o momento da crise é fecundo para se estabelecer uma agenda de pesquisa, porque ele vai me trazer as argamassas do problema. A segunda ideia é que os coevos compreendiam assim, pelo menos parte deles.

A ligação entre a guerra e a crise do Império era verdadeira para uma parte dos que viveram o processo – e não qualquer parte – mas para aqueles que eram fiéis à monarquia e que apostaram tudo na autorreforma do regime. Homens como o próprio Nabuco, o André Rebouças (1838-1898) e o Alfredo Taunay (1843-1899) consideraram a crise como tragédia pessoal e profissional.

Quando estava trabalhando na tese, dois autores me trouxeram muitas ideias: o Perry Anderson⁴ e o Charles Tilly⁵. O Fernando Novais nos trouxe o livro do Tilly, que não havia para comprar ou era caríssimo. Nós fizemos seminários capítulo a capítulo. Estudamos alguns aspectos centrais da formação dos Estados europeus. Lembro que eu e a Lígia Osório ficávamos impressionadas pela riqueza de perguntas e dúvidas que o texto nos apresentava e com a ausência da América e dos processos de colonização nas explicações apresentadas. Eram análises interessante sobre a Época Moderna, entre o século XVI e 1815, onde a formação dos Impérios Coloniais estava ausente. Como isso era possível?

Para nós, outra ideia impressionante era a da construção do Estado como uma pulsão extrativa, que extrai homens, recursos, saberes e concentra poder em um centro. Por ser baseada em extrações, a formação de um centro político é necessariamente conflitiva. A obra do Tilly nos permitia pensar para além da fórmula canônica da luta de classes. Conflitos que não eram no sentido vertical, mas entre elites, lugares, regiões, cidades, instituições e setores sociais. O Fernando Novais nos trouxe o livro do Tilly como uma provocação. Lembro que todos nós percebemos como esta discussão nos ajudava a pensar uma teoria de construção de Estados a partir de dois aspectos.

Primeiro, a soberania sobre um império extraterritorial e ultramarino foi um impulso ou um obstáculo para a construção de Estados nas metrópoles eu-

⁴ Perry Anderson (n.1938), historiador marxista britânico. Autor de vasta obra acadêmica e do livro seminal *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

⁵ Charles Tilly (1929-2008), historiador e sociólogo norte americano. Tilly defende que os Estados Modernos europeus foram um resultado do processo de extração, por parte dos governantes, de recursos materiais e humanos da população e do território submetidos ao seu controle. Para uma leitura direcionada do argumento, cf. TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

ropeias? Fomos ler Vitorino Magalhães Godinho⁶ em busca de respostas para o exemplo português. O segundo aspecto é como esse processo afetou ao nosso continente, que foi objeto da extração pela colonização.

Como o processo de extração é internalizado com a criação de uma nação independente? Qual será a “cultura fiscal” dessas sociedades? Por exemplo, existiam diferenças em relação à cultura fiscal do *feudalismo*, constituída através dos senhorios ou das cidades com suas respectivas fiscalidades. Quando estas se transferem para o Estado centralizado, uma série de impostos são eliminados ou alterados, significando com isso, quase sempre, uma redução desses tributos. Esse processo estava mais ou menos mapeado ali para França e para Inglaterra. Quando nós pensávamos sobre as Américas tudo ainda era muito obscuro. O que tínhamos de diferente?

Na sociologia histórica de Charles Tilly a guerra é um fator central. Quem estuda as guerras estuda a fiscalidade. Uma guerra é o momento onde a extração e a coerção são exacerbadas. O processo maciço de recrutamento, o endividamento e o aumento da extração fiscal pressionam as molas da estrutura estatal. Além disso, a leitura de Perry Anderson em torno de um Estado nobiliárquico, enriquece a possibilidades de extração, “porque quando a forma dinheiro passa a predominar a coerção escapa das mãos diretas dos senhores, faz com que eles delegam a outros, mas sem mudar a natureza do Estado”. As questões de Anderson, não as respostas, alimentavam novas perguntas para a nossa realidade. O que aconteceu na Balaiada (1831-1841)? O que aconteceu na Guerra dos Farrapos (1835-1845)? O que aconteceu quando os processos extrativos desse Estado central operaram sobre formações sociais que implicaram diferentes formas de coerção sobre pessoas, dentre elas a escravidão, mas também formas múltiplas de trabalho compulsório. Por exemplo, formas múltiplas de controle e descontrole das armas. Porque tudo que é controle é descontrole e tudo que é arrecadação é também sonegação. Então isso permitia olhar para a formação do Estado não como um edifício que se organiza, mas, pelo contrário, como um conjunto de fissuras que vão se aprofundando, se colando e descolando. Para todas as perguntas a resposta estava na história, não estava na sociologia. Então não se tratava de colocar um quinto ou sexto modelo dentro do quadro do Perry Anderson. Ou do Barrington Moore. E nem ficar buscando parecenças e perguntas irrespon-

⁶ Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), historiador português e autor de diversos ensaios, incluindo *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971. (Biblioteca Arcádia de bolso. Secção III. História e Geografia; 139).

díveis. Era o ponto de quebrar o molde porque ele já tinha servido para o que ele tinha que dar: nos fazer ter uma agenda. Tendo uma agenda vamos estudar como que aconteceu. Outros percursos se abrirão.

HE&HE: Seu argumento é interessante porque ainda hoje, na discussão brasileira contemporânea em torno da tributação, os críticos do *status quo* fiscal afirmam que é necessário “repactuar a federação”. O que é um debate baseado não apenas na disputa pelo controle dos recursos, mas também na relação entre taxaço e representação nas instituições e na administração pública, típica do século XIX.

WPC: Taxação e representação devem ser olhadas juntas. São faces de uma mesma moeda. Novamente a Guerra do Paraguai (1864-1870) pode ser um exemplo. A guerra vai nivelar as províncias pelo lado do recrutamento. Os estados que estavam dinamizando suas economias, ganhando mais recursos, criando forças produtivas como as ferrovias, são os estados que menos contribuem com o alistamento. Os estados do Norte eram sangrados de forma desigual.

A percepção desta desigualdade reabriu a agenda de discussão do federalismo fiscal. Um debate que estava, até certo, ponto pacificado e ordenado após as revoltas fiscais e a organização das alfândegas. Além do problema do alistamento, outra polêmica eram os impostos de exportação. Até então, uma parte significativa destes recursos ficavam com o governo central, o que não impedia as províncias de criarem impostos sobre exportação. No caso de produtos como o café e, posteriormente, a borracha, algumas províncias tinham vantagens. O debate era em torno de uma renovação do pacto fiscal com uma redistribuição dos recursos mais equilibrada entre as províncias. Mas os acordos alcançados sempre foram precários, pois a maioria nunca era atendida.

Aqui eu acredito em uma cultura fiscal, talvez o ponto mais interessante na minha longa discussão com a Miriam Dolhnikoff, cultura fiscal que existe desde a colônia e não pode ser ignorada. As capitâneas se viam como entidades fiscais separadas ligadas ao Erário Régio. Então não é líquido e certo que a criação de um Estado Nacional irá transferir a renda dos impostos para o Rio de Janeiro. As forças provinciais viram a independência como uma oportunidade de repactuar a tributação. Por isso, defender a abertura dos portos.

A abertura era vista como salutar, principalmente para aqueles que tinham um porto para chamar de seu.

Defensores de uma centralização imaginavam que as províncias poderiam partilhar a renda de seus portos. E efetivamente é isso que se dá no Primeiro Reinado. A proposta de separação das instâncias fiscais do Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795–1850) visava uma reorganização de uma cultura fiscal mais centralizadora, mas como o próprio escrevia: “a situação é desesperadora! Não sei o que eu de fazer porque as pessoas não pagam...”.

As fontes relacionadas à tributação mostram uma realidade anterior a organização de uma burocracia centralizada, em que os burocratas estão debatendo e propondo reformas, errando e encontrando resistências. Temos que estar atentos a leitura desta documentação. As fontes lacunares, os lugares de dúvidas, o que não deu para saber, o censo que não aconteceu, aquela lei posta em votação reiteradas vezes são tão ou mais informativas sobre o que está acontecendo no corpo da sociedade do que os resultados numéricos que estão nas tabelas ao fim dos relatórios fiscais. Obviamente não podemos tirar o valor da história serial, mas jogávamos fora muita coisa cheio de suco.

HE&HE: Então a formação e consolidação do Exército brasileiro ajudou na centralização do aparato fiscal? Mas como relacionar este processo com a especificidade de uma sociedade escravocrata agroexportadora?

WPC: Eu ainda considero essa uma agenda de pesquisa aberta. Eu consegui ver algumas coisas, mas sempre em um viés ensaístico. Existe muito menos empiria do que seria desejável em alguns dos meus trabalhos. Essa é uma agenda que eu também passei para os meus orientandos.

Por exemplo, a discussão em torno do federalismo no Brasil Império. Muita gente idealiza o federalismo norte americano como um corpo coerente. Hoje já é ponto comum que este é assentado na escravidão. O que nos coloca outra questão: a escravidão seria uma alavanca para a consolidação de um sistema federal? Uma base comum para a consolidação de um pacto entre as forças provinciais até que a crise se instale?

No Brasil, algumas medidas como o Ato Adicional, vão impor às províncias um conjunto de rubricas que não permitiam a construção de projetos próprios. Lendo os relatórios de presidentes de províncias no período pós ato vemos a dificuldade de se impor a autoridade em questões como o registro

da população. Se pegarmos os estudos das ações de liberdades vemos como a questão da reescravização era candente para parte da população. Quem é que vai dizer quem é o escravizado, quem é o livre e quem é o forro? Será a Igreja? O registro do padre? E se parte do plantel é ilegal? É possível utilizar essa dúvida para explorar o seu concorrente, o seu adversário político?

Como o Estado impôs sua autoridade sobre as provinciais e respondeu a essas questões? Ele não o fez. O que eu percebi lendo os relatórios dos presidentes de província é um retorno da contratação fiscal. E esse é um ponto que deve ser mais bem estudado. Como as elites provinciais lideravam com o que lhe restou? De forma precária, taxando o comércio de escravizados, por exemplo. Mas isto não resolvia seus problemas fiscais e de estabelecimento da propriedade fundiária. Se o governo central não conseguiu fazer a Lei de Terras funcionar, muito menos as províncias conseguiram. Vários presidentes escreveram que voltaram à antiga forma de taxar.

A antiga forma era a contratação, porque os novos impostos eram para ter coletorias, mesas de renda e sistemas administráveis. Eles não conseguem porque dizem que não têm pessoas, que não existem sistemas de contabilidade. É algo geral e é o mesmo discurso que eles usam para não fazer o cadastro de terras. Qual a solução que eles dão? Eles dizem assim: “melhoramos os rendimentos retornando as formas antigas.”. Ou então criou-se novas. Por exemplo, São Paulo que reinventou o sistema de barreira de passagens, ou seja, governar passou a ser abrir estradas muito antes do Washington Luís (1869-1957). Isso foi uma forma de convergência do interesse das elites que estavam ampliando suas fronteiras de terra, conseguindo concessões pelas quais eles construíam estradas e depois cobravam barreiras e pedágios.

Essa era uma forma de utilizar o que a nova legislação facultava. Isso também vai acontecer em Minas Gerais, onde a questão da passagem e dos modais, dentre outras coisas, para além de representarem as forças produtivas e o escoamento das produções representam distintas possibilidades fiscais. Que vão para que lado? Para o governo central? Será partilhada com certos setores das elites que vão ganhar com isso como antigamente faziam os contratadores coloniais? Eu percebo aqui uma recriação da contratação.

Na Bahia eles dizem que voltaram a recriar. Por isso eu vejo aquelas questões da cachaça, da farinha e fico pensando que é bem possível que essas províncias tenham voltado a negociar com os setores da elite a cobrança dessas taxas que do ponto de vista fiscal não significam nada. Essas províncias estão

pobres e continuam sem conseguir dar conta dos seus problemas. Não obstante elas reiteram seus sistemas de poder. Então aqui a extração pode ser ela mesma um dos vetores da coerção.

Fico me perguntando se as milícias, os jagunços, os sistemas armados, não de linha, qual a relação deles com as formas de taxação que esses sertões estavam utilizando? Muito embora produzam pouco no sentido de resolver a fiscalidade de suas províncias as elites mantiveram seus sistemas de mando locais.

HE&HE: Estamos comemorando a efeméride de 200 anos de nossa Independência. O debate fiscal nos permite perceber esse processo reconhecendo a descentralização do embate de dominância e resistência e como existiam múltiplas instâncias de poder na sociedade brasileira da época. No entanto, grande parte de nossa historiografia apostou na perspectiva da continuidade, diminuindo o impacto dos conflitos sociais em suas leituras. A manutenção da monarquia seria realmente a grande especificidade desse processo de independência?

WPC: Eu sempre vi a ideia de Império como uma metáfora exagerada para dar uma pompa ao Estado brasileiro. Claro que existe uma discussão anterior, como a estudada por Maria de Lourdes Vianna Lyra, “há um projeto de império no mundo luso-brasileiro...”, e toda uma bibliografia sobre a resiliência da formula imperial durante o século XIX. O que me incomoda é a discussão em torno da organização institucional do Estado como um império ser algo residual, que sobrou ou foi ficando. Como assim? Como o Império perdurou tanto? A própria escravidão não pode ser abordada como uma instituição que sobrou. São projetos daquelas pessoas. Podem até ter raiz no passado, e claro que tinha, mas ele é coevo. Aquela gente que estava ali gostava dela, abraçou, reinventou, tomou para si e fez dela uma bandeira que durou tanto quanto durou.

Eu sempre vi o lado forte da expressão império e sempre a associei ao Napoleão Bonaparte (1769-1821). Mas lembro de uma fala do István Jancsó, que leu a ideia de império a partir de sua experiência familiar húngara. Talvez a ideia de império que tenha vingado no Brasil não seja mais bem traduzida no tom forte, napoleônico, mas no tom fraco da experiência do Império Austro-Húngaro. Talvez seja melhor compreender o Império brasileiro a partir de identidades políticas que se articulam como peças de um mosaico. A metáfora do mosaico é do Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), mas a

ideia foi sintetizada no artigo que o István escreveu com o João Paulo Garrido Pimenta.⁷

Então, quando se fala em Império não é porque este é muito poderoso, mas porque tem muitas partes vinculadas frouxamente ao centro de poder. Chamar o novo estado de Império do Brasil era estabelecer um pacto, um tanto centrífugo, entre as províncias e a Corte. Eu fui para o lado da fiscalidade para estudar estas relações.

Eu acredito que a historiografia brasileira contemporânea foi bem-sucedida por ultrapassar os moldes da história nacional. Temos que olhar o território de circulação dos saberes, com temáticas em comum com o mundo ibérico, olhando as Américas e os processos de independência como espaços compartilhados. Porém, é preciso alargar nosso olhar dentro da ideia de crise do Antigo Regime e da emergência do capitalismo industrial, tudo isso que nós da História Econômica conhecemos. Também não podemos perder a perspectiva de uma forte periferação que já estava ocorrendo com as metrópoles ibéricas e se estendeu para a América Latina.

⁷ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. Formação história. A experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.127-175.